

VILÉM FLUSSER

Esta aula, e a próxima, serão dedicadas à consideração da nossa herança judaica. Peço-lhes, preliminarmente, de tentar esquecer, de pôr em parentese fenomenológica, o fato de que o judaísmo ainda existe. O tema destas duas aulas nada tem a ver com o judaísmo tal como este se conservou, talvez paradoxalmente, no curso da história do Ocidente. Tratará exclusivamente do judaísmo tal como este contribui para a formação da nossa civilização, e portanto para a formação dos nossos conceitos. Sem dúvida é o fenômeno da persistente continuidade do judaísmo um fenômeno interessante. Sem dúvida tem algo a ver com a vitalidade da revelação da qual as nossas duas aulas tratam, e sem dúvida representa um problema para o Ocidente, um problema cuja amplitude e profundidade é apenas esboçada nos termos "salvação" e "antissemitismo". Mas todos estes aspectos do judaísmo são estranhos ao nosso tema e, com pesar, excluo eles tanto da exposição como do debate.

Aquilo que chamarei de "judaísmo" neste curso será, portanto, aquele projeto existencial que brotou, in illo tempore, de um certo número de mitos egípcios, babilônicos e síriacos, que recebeu o seu impulso central no mito do monte Sinai, que se ritualizou rigidamente de acordo com regras contidas em livros chamados "o Velho Testamento", que se tornou auto-consciente num fenômeno chamado "profecia", e que, após contato com os gregos, resultou no cristianismo. Trata-se, como vêm os senhores, de um esforço de definir o judaísmo limitando-o em nossa direção, mas deixando-o aberta em direção do passado. As origens do judaísmo, como toda origem, são misteriosas, e tentei deixar este misterio intocado na definição proposta. Mas excluí do conceito todo aquele desenvolvimento que principia com o Talmud, a não ser que queiramos considerar os Evangelhos como uma espécie de Michna. O talmud é, como talvez os senhores sabem, o conjunto das teorias e práticas que se baseiam no Velho Testamento, foi elaborado durante os duzentos anos precedentes e os duzentos anos posteriores à época do Cristo, e forma a base do judaísmo tal como o conhecemos modernamente. Esse talmud tem dois aspectos: michna e gemara, sendo a michna, grosso modo, a teoria. De um ponto de vista estritamente formal não passa portanto o Novo Testamento de uma michna. A definição do judaísmo que lhes acabei de propor exclui todos esses desenvolvimentos, e não fará portanto esse desenvolvimento parte desta e da próxima aula. Na presente aula tentarei dar-lhes uma ideia do projeto existencial do judaísmo, tal como o acabei por definir, e na próxima exporei alguns daqueles conceitos que, a meu ver, continuamos a abraçar graças a esse projeto.

Começarei por relembrar-lhes um aspecto do mito de Abraão, no qual esse pai da fé adora primeiro o sol e as estrelas, para depois adorar Aquilo que transcende o céu. Esse salto para fora da natureza me parece ser não somente o fundamento do judaísmo, mas ainda a característica fundamental de toda a nossa civilização, que a distingue de todos os demais projetos. Veremos, futuramente, que houve um avanço paralelo entre os gregos, mas veremos também, que entre eles tomou um rumo diferente. Darei, primeiro, o aspecto ontológico desse salto, para depois tratar do seu aspecto epistemológico, ético e estético, nesta ordem. O mito de Abraão revela o ser como algo que transcende a natureza, e revela a natureza como um sub-produto do ser, um sub-produto dentro do qual e com o qual o ser funciona. Revela, em outras palavras, a subjetividade e absolutidade do ser, e a objetividade e instrumentalidade da natureza. A natureza é objeto e instrumento do ser subjetivo e absoluto. A natureza não é, portanto, como tende a ser para os gregos, uma ilusão que esconde o ser, mas é muito pelo contrário, uma forma autêntica de ser, a saber ela é o como o ser funciona. Não há, como nos gregos, duas camadas ontológicas, uma fenomenal e outra noumenal, mas há, muito pelo contrário, uma única realidade que tem o seu aspecto subjetivo, absoluto e transcendente, e seu aspecto objetivo, instrumental e imanente. O ser se realiza na natureza, embora a transcenda, como o homem, essa cópia do ser absoluto, se realiza nos seus instrumentos, embora os transcenda. O projeto judeu não despreza portanto a natureza, como o fazem os idealistas, nem a considera a totalidade do ser, como o fazem os materialistas, mas a considera o aspecto instrumental do ser, real portanto e maleável, isto é transformável de fora.

Consideremos a consequência epistemológica dessa concepção da realidade. Conhecer a natureza é possuí-la, é transforma-la, é violenta-la. Aliás, é

VILÉM FLUSSER

exatamente neste sentido que a Bíblia emprega o termo "conhecer", por exemplo: "Abraão conheceu Sará". Como podem observar, portanto, tem o conhecimento da natureza um cunho curiosamente marxista. Este tipo de conhecimento é um trabalho, uma obra, ou em hebraico "mitsvá". Falta-lhe aquele aspecto teórico que caracteriza o conhecimento da natureza no sentido grego. Mas, além do conhecimento da natureza, há ainda o conhecimento do absoluto. Esse é um conhecimento passivo, que nos advém pelas revelações imediatas, às quais devemos conservar fidelidade, "emuná", a fé portanto. Pelo trabalho e pela fé portanto alcançamos conhecimento, e a fórmula "ora et labora" caracteriza bem a epistemologia judaica, tal como é revelada no mito de Abraão.

Com esta consideração já nos adentramos na ética que este mito revela. Em primeiro lugar ele nos oferece uma escala de valores. O supremo Bem é o ser absoluto, conseqüentemente o supremo Mal é o não-ser. As coisas da natureza são boas enquanto instrumentos, mas não são boas em si: "Amarás a Deus sobre todas as coisas". O homem tem uma tarefa: obedecer o ser absoluto trabalhando. Nessa tarefa entram dois conceitos tipicamente judeus. "Obedecer" é uma raiz hebraica que consiste das letras "ch" e "m". Essa raiz significa, além de "obedecer", ainda "ouvir" e "defender", e, em última análise, significa "nome". "Chemá Israel" significa portanto "obedeça, ó Israel", "ouça, ó Israel", "defenda, ó Israel", e "chem" é o Nome do supremo ser, o nome santo. E a palavra "obra" = "mitsvá" significa ainda lei e honra. Se portanto os socialistas se cumprimentam dizendo "honra ao trabalho" cometem um pleonasma do ponto de vista judeu. Deus é Aquele que nos santificou "bemitsvot", com a honra de nos ter dado leis para o trabalho. Nessa honra de ter leis para o trabalho reside a eleição de Israel, da qual tratarei dentro em pouco. A ética judaica é portanto um observar de leis reveladas pelo Nome santo, e a liberdade reside na possibilidade de escutar ou não essa voz que proclama as leis honrosas. A não-observação, o não-escutar, o contrário de "mitsvá" portanto, é o pecado. O pecado tem portanto dois aspectos, o pecado passivo e o pecado ativo. Não transformando a natureza de acordo com os mandamentos estaremos cometendo o pecado passivo. Transformando a natureza em desacordo com os mandamentos estaremos cometendo o pecado ativo. O pecado passivo é mau, porque conduz ao não-ser. O pecado ativo é mau, porque desvirtua a natureza, porque a perverte. (Notem que todos os conceitos que estou utilizando, embora tipicamente portugueses, são fundamentalmente judeus). A perversão da natureza pelo pecado, consequência do não-escutar dos mandamentos, resulta num desequilíbrio, porque a natureza foi construída de acordo com esses mandamentos. Essa perversão é portanto "injusta", sendo "justiça" e "equilíbrio" sinónimos, a saber "tsidká". A obediência aos mandamentos restabelece o equilíbrio, é portanto justa, e o homem que escuta e observa os mandamentos é justo "tsadik". Entretanto essa justiça nada tem da moderação aristotélica, do "golden mean", não é um compromisso. A justiça é radicalmente oposta ao pecado, é uma justiça "engagée", para falarmos modernamente. A prática dessa justiça purifica, conduz à pureza "cachrut". A injustiça, o não observar dos mandamentos, o não escutar a voz do Nome, é a vergonha. E com o conceito da vergonha entramos na estética que o nosso mito revela. A vergonha é um conceito fundamental judeu, portanto do Ocidente. Todos os demais projetos são uns sem-vergonha, inclusive o projeto grego. Kafka diz que sua vergonha era tão grande que será a sua imortalidade. A vergonha é o aspecto estético, vivencial, do pecado. Já no mito de Adão surge depois do pecado original e acompanha o Ocidente qual sombra. O pecado é vergonhoso, é nojento, é feio, porque perverte a natureza da justiça, do equilíbrio, portanto quebra-lhe a beleza. O pecado passivo é vergonhoso, é portanto vergonhoso o corpo nu, o campo não arado, a ajuda ao próximo não prestada. É vergonhosa a contemplação estéril, a especulação teórica não "engagée", a tristeza do coração, como diz a Igreja. E o pecado ativo é vergonhoso, é portanto vergonhoso o adultério, a destruição das colheitas, o assassinio. É vergonhosa a falsa fé, (o paganismo), é vergonhoso o amor pelas coisas e por si mesmo, a soberba, como diz a Igreja. A natureza como campo desses pecados é vergonhosa, é feia. E a justiça é bela. E belo o corpo vestido de acordo com os mandamentos, é belo o campo cultivado de acordo com eles, é bela a aju

VILÉM FLUSSER

da ao próximo, são belos os ensinamentos Divinos, e são belas as nossas canções em louvor do Nome. E a natureza como campo de justiça é bela. Essa beleza não é algo subjetivo, mas está objetivamente localizada dentro da natureza. Podemos dizer que essa beleza chama-se "cultura". Ao ver as tendas de Jacó, o burro de Bileam, inimigo e pecador, proclama: "Quão belas são tuas tendas, Jacó, tuas moradias, ó Israel". A beleza é consequência do trabalho modificador do homem sobre a natureza; trabalho esse de acordo com os mandamentos. Como vêm, trata-se de uma calocagatia, embora num sentido que não teria ocorrido a Platão. É claro que uma estética assim, (e digo isto de passagem), é mais amiga da música e da poesia que das artes plásticas e do teatro. Mas voltarei futuramente para o problema.

É pena que as limitações impostas pelo programa deste curso não me permitem que me aprofunde mais nas potencialidades do mito de Abraão, e muito menos em outros mitos. Para aqueles que se interessam recomendo a leitura de "temor e tremor" de Kierkegaard, que ilumina um outro aspecto do mesmo mito, a saber o sacrifício do filho. Para o propósito do presente curso a minha análise superficial deve bastar, para que, a partir dela, lhes proponha um esboço do projeto judeu. Esse projeto, como já disse, recebeu o seu impulso central no mito do monte Sinai, o qual portanto recapitulo: Moisés é chamado. Sob a montanha. Recebe os Dez mandamentos. E desce. E tudo isto lhe acontece na qualidade de líder de um povo. Os elementos do projeto são portanto o ter sido chamado (eleição), a subida (purificação) os mandamentos (o contrato) e a descida (sacerdócio), e tudo isto referente a um povo. São elementos que fazem parte, todos eles ou alguns deles, também de outros mitos, mas a sua constelação específica no mito do monte Sinai projeta uma específica maneira de existir, que é o tema desta aula. A estrutura fundamental da situação que este projeto cria é a relação sujeito:objeto. Há um sujeito, (o ser absoluto), há um objeto, (o povo), e há uma relação entre ambos (o contrato). Com efeito, a estrutura fundamental dessa situação é idêntica com a estrutura fundamental da frase das línguas flexionais, identidade essa da qual tratei no curso ~~de~~ passado. Podemos portanto dizer que o mito do monte Sinai é o protótipo de todas as nossas frases, um protótipo no qual o sujeito é Deus, o objeto é Israel, e o predicado é "brith" (o contrato). O sujeito transcende a situação, o objeto é o instrumento pelo qual o sujeito funciona na situação, e o predicado é esse funcionar do sujeito. Mas há, além disso, uma sutil transformação da relação entre sujeito e objeto no nosso mito. Pelo contrato transforma-se o objeto, antes puramente instrumental, em parceiro do sujeito. Para falarmos com Buber, transforma-se a relação, antes uma relação "eu e isto" (ich und es), na relação "eu e tu" (ich und du), e surge a relação do reconhecimento. Pelo contrato Deus reconhece Israel e Israel reconhece Deus. Trata-se, com efeito, de uma relação amorosa. Mas apresso-me para evitar que essa seja sexualizada. Deus parece ter o papel masculino como aquele parceiro que escolhe e que se impõe pelos mandamentos, mas Ele parece ter o papel feminino como aquele parceiro que quer ser procurado e possuído. É portanto uma situação amorosa que ultrapassa as categorias da sexualidade. Direi que se trata da situação amorosa da conversação no mais amplo sentido deste termo. A estrutura fundamental da situação criada pelo projeto judeu é a da conversação portanto. É a situação da conversação do homem organizado em povo com o ser transcendente. E este é um aspecto permanente da situação do Ocidente. A nossa civilização pode ser caracterizada como conversação com o ser transcendente.

Para isto fomos escolhidos. "Acher bakhar bamu micol haamim" (Ele nos escolheu entre todos os povos). Não importa quem são esses nós escolhidos no mito para participar da conversação com a realidade. Se são um povo pastoril, chamado Israel, ou se são a Igreja católica, ou a classe proletária, ou os Mormões, o importante é a escolha. A escolha, a eleição, a separação, ou qualquer que seja o termo que queiramos aplicar, é um traço fundamental do projeto judeu, ao qual não podemos escapar, embora o tentemos, já que entra em choque com a nossa herança grega. E fomos escolhidos, não individualmente, mas em grupo. Esse traço do mito, esse conceito do "povo escolhido" é um tra

VILÉM FLUSSER

que indelével da nossa civilização e marca definitivamente todos os nossos conceitos políticos, económicos e sociais, de maneira que para nós esses conceitos sejam definitivamente projetados. A política e a economia são para nós disciplinas preparatórias para a conversação com o transcendental, e todo estado, todo sistema económico, tanto o feudal como o mercantil, tanto o capitalista como o socialista, são civitates Dei como preparativos para a subida ao monte Sinai, onde receberemos os mandamentos. Estes mandamentos são o ensinamento da verdade, "Venatan lam et torato" (e deu-nos a Torá). A verdade como revelação, e a consequente abolição do pecado, a verdade portanto não como contrário do erro, mas como contrário da mentira, tal como ela está projetada no mito do Sinai, é uma herança judia que coloca o Ocidente diante de um problema insolúvel. Veremos mais tarde neste curso, que a nossa civilização tem, pelo menos, mas três conceitos da verdade, a saber a aletheia grega, a veritas latina, e a Wahrheit germanica, conceitos estes inassimiláveis. Pode parecer-lhes, da minha exposição, que a Torá da qual lhes estou falando não é tão radicalmente diversa da verdade socrática, já que também para Sócrates verdade e virtude se confundem. Terei, entretanto, primeira a analisar os mitos gregos, e principalmente o mito de Orfeu, para demonstrar a inassimilabilidade desses dois conceitos. Pelo contrário, do ponto de vista judeu é a meutica socrática um procedimento vergonhoso. "Não deves pesquisar" é a inscrição que se lê na porta da entrada para a verdade judia. "Deves esperar até que para elas sejas chamado". Porque o ser absoluto deve ser procurado pelo amor, e não pela pesquisa. Ele é o doador da verdade, "natan hatorá", e não o veu que esconde a verdade a ser descoberta "aletheia". A impossibilidade da nossa civilização em formular um conceito unificado da verdade é uma das suas elasticidades, e portanto uma das esperanças de sua contínua abertura. Desconsiderarei os demais aspectos do mito, para formular o que me parece ser o projeto judeu. A existência humana, de acordo com esse projeto, é uma existência jogada dentro de um mundo instrumental pela realidade transcendente. A sua situação é portanto uma situação de desterro. Os místicos judeus chamam ela de "galut da chekhiná" (desterro do ser), e a Igreja chama a mesma situação de "non peccare non posse". Mas a salvação dessa situação é possível. É possível de duas maneiras. Primeiramente pelo trabalho sobre o mundo instrumental que cerca a existência, de modo que se crie uma sociedade que seja chamada pela realidade transcendente para uma conversação reveladora. E secundamente pelo amor da realidade transcendente. Com efeito, ambas essas possibilidades são o verso e o averso da mesma moeda. É pelo amor ao ser que nos estabeleceu que transformamos o nosso mundo. É pela transformação do nosso mundo que demonstramos o nosso amor ao ser que nos estabeleceu. A nossa salvação é portanto simultaneamente a salvação do mundo. A época messiânica, o reino dos ceus sobre a terra, é a meta desse projeto. É politicamente, socialmente e economicamente que alcançaremos esse estado de coisas. O projeto existencial judeu é um projeto fundamentalmente ético, social, e imanente, justamente por ser impellido pelo amor ao transcendente. A vida judia é uma vida enquadrada na sociedade e na sociedade se realisa, embora e justamente seja ela uma vida dedicada à conversação com o de todo diferente. É por esta razão que o problema da morte aparece nesse projeto apenas em surdina. Esse problema, que é tão fundamental para a nossa civilização, e que está tão intimamente ligado com os problemas da alma e da imortalidade, nós não o herdamos dos judeus. Para eles, é o tu que entra em conversação com o eu absoluto não é o indivíduo, mas o povo imortal e quase tão eterno quanto o Eterno. Esta é a razão principal porque o projeto judeu nos parece ser tão primitivo. Para ele um dos nossos problemas principais quase não existe. Neste sentido podemos dizer que superamos o projeto judeu num sentido hegeliano. Embora a situação judia seja a nossa, é a nossa muito mais complexa. Tem todas as problemáticas da situação judia, mas tem muitas outras. Limito esta aula a estas considerações perfunctorias, para permitir o debate que, dada a virulência dos problemas por mim expostos, certamente será acirrado. Na próxima aula aprofundarei os conceitos hoje introduzidos, e apresentarei outros. Peço-lhes, portanto, de manter em mente, que a presente exposição é incompleta mesmo do ponto de vista deste curso.